

A ESTRATÉGIA ECONÔMICA DE NIETZSCHE EM BM §36: UMA ALTERNATIVA À UNIFICAÇÃO EMPIRIOCRÍTICA DE AVENARIUS E MACH E AO PARALELISMO DE WUNDT*

Francisco R. Leidens

Universidade Estadual de Roraima

Resumo: O artigo pretende examinar um aspecto ainda pouco explorado no parágrafo 36 de *Além do bem e do mal* (BM), a saber: a função e o alcance do princípio da economia para a apresentação da hipótese da vontade de poder. A pertinência do princípio se estabelece, ao menos, a partir de Ockham e Newton, que prescrevem a simplicidade como critério para a decisão entre teorias ou explicações concorrentes. O foco aqui, no entanto, será a adesão efetivada por Richard Avenarius e Ernst Mach, que conduzem o princípio da economia ao centro metodológico de seus empreendimentos filosóficos e são relevantes fontes para o uso que Nietzsche faz do princípio em BM §36. Avalia-se, por fim, que Nietzsche promove a redução econômica e estratégica ao confronto de forças (ou vontades) como alternativa à redução empiriocrítica, restrita a uma compreensão físico-mecânica do mundo, de Avenarius e Mach. Pondera-se também, como contraexemplo do princípio da economia, o paralelismo psicofísico de Wundt. Em suas considerações finais, o artigo indica, como perspectiva para futuros trabalhos, algumas vantagens da abordagem da vontade de poder a partir do princípio em questão, em especial, uma renovada direção para o exame do problema da circularidade e autorreferência.

Palavras-chave: Princípio da economia, vontade de poder, força, empiriocriticismo.

Abstract: The article aims to examine a still little explored aspect in paragraph 36 of *Beyond Good and Evil* (BM), namely: the function and scope of the principle of economy for the presentation of the hypothesis of the will to power. The relevance of the principle is established, at least, from Ockham and Newton, who prescribe simplicity as a criterion for deciding between competing theories or explanations. The focus here, however, will be on the adherence effected by Richard Avenarius and Ernst Mach, who lead the principle of economy to the methodological center of their philosophical endeavors and are relevant sources for Nietzsche's use of the principle in BM §36. It is evaluated, finally, that Nietzsche promotes economic and strategic reduction to the confrontation of forces (or wills) as an alternative to empiriocriticism, restricted to a physical-mechanical understanding of the world, by Avenarius and Mach. Also pondered, as a counterexample to the principle of economy, is Wundt's psychophysical parallelism. In its final considerations, the article indicates, as a perspective for future work, some advantages of approaching the will to power from the principle in question, especially a renewed direction for examining the problem of circularity and self-reference.

Keywords: Principle of economy, will to power, force, empiriocriticism.

* Somos gratos às observações e sugestões dos membros do Grupo Escola Amazônica de Filosofia (EAF) à versão preliminar deste trabalho.

A permissão da tentativa de explicar tudo a partir da vontade de poder, não a confirmação ou verdade dessa tese, pode ser mensurada a partir do princípio da economia. Entendemos, no entanto, que o princípio é utilizado como um apelo estratégico às consequências que podem ser extraídas do seu assentimento, em vez de uma adesão irrestrita. Por estratégia, aqui, queremos indicar que o estranhamento de Nietzsche com algumas demandas do princípio não invalida o desfecho esperado, a saber: fazer uso de pressupostos econômicos, aceitos e difundidos em um contexto predominantemente físico-mecânico, para validar uma abordagem que reduz tudo ao confronto de vontades. Isso implica em mostrar que a direção do princípio da economia não resulta necessariamente em uma redução a relações mecânicas e materiais (posição de Avenarius e Mach), mas permite e, em última instância, exige também a hipótese da vontade de poder (tese de Nietzsche). Essas considerações se apresentam na extraordinária e multifacetada construção textual do parágrafo 36 de *Além do bem e do mal*¹, cuja brevidade encobre um amplo debate com interlocutores da época.

A escassez de trabalhos que façam referência ao princípio da economia em Nietzsche também reforça nosso empenho em esclarecer algumas nuances dessa estratégia metodológica. De fato, encontramos apenas o trabalho de Laurent Esmez, publicado na *Nietzsche Studien* em 2018, como uma sistemática avaliação do papel do princípio no pensamento de Nietzsche. Ainda assim, o foco de Esmez foi BM §13, onde o princípio atua especificamente na eliminação da teleologia. Esmez considera que o essencial para Nietzsche ao assumir o princípio da economia é a eliminação de todo finalismo supérfluo que encobre o caráter interpretativo global. É nessa direção que Laurent Esmez irá incluir também o eterno retorno (2018, p. 215), ou seja, o pensamento que suprime toda teleologia e permite, precisamente por isso, “tornar-se o que se é”, independente de finalismos supérfluos. A ideia básica, por fim, é que o princípio de economia reforça a eliminação de todo excedente artificialmente introduzido no lugar da genuína interpretação, da mesma forma que a incorporação do pensamento do eterno retorno tende a promover. Levando em consideração as intenções principais de Esmez, nos distanciamos consideravelmente de sua abordagem ao indicarmos o caráter estratégico do princípio da economia especificamente em BM §36.

¹ Utilizaremos, na sequência, a seguinte abreviatura: BM (*Além do bem e do mal*), seguida do parágrafo citado. O complemento “trad. PCS”, quando indicado, se refere ao tradutor Paulo César de Souza (cf. NIETZSCHE, 1992). Em relação aos fragmentos póstumos, de acordo com a convenção adotada pelos editores G. Colli e M. Montinari, na *Kritische Studienausgabe* (KSA), que é seguida por Paolo D'Iorio na edição eletrônica e-KGWB: <http://www.nietzschesource.org/#eKGWB>.

Dito em linhas gerais, o princípio da economia advoga a simplicidade como medida de contrapeso àquilo que se pretende defender. Newton assume a simplicidade da natureza como critério para as teorias científicas que pretendem explicá-la. Complexas abordagens, assim, tendem a falsificar a realidade ao incluir superfluidades que encobrem seu verdadeiro funcionamento. Diz Newton: “Não se hão de admitir mais causas das coisas naturais do que as que sejam verdadeiras e, ao mesmo tempo, bastem para explicar os fenômenos de tudo. A natureza, com efeito, é simples e não se serve do luxo de causas supérfluas das coisas” (1991, p. 166). Certamente, falar em causas verdadeiras seria dissonante ao tom assumido por Nietzsche. Mais ainda, a própria ideia de causalidade já reverbera o contrassenso em relação ao vocabulário nietzschiano. Ainda assim, próximo a Newton, considera Nietzsche em tom de princípio: “Não admitir várias espécies de causalidade enquanto não se leva ao limite extremo (– até o absurdo, diria mesmo) a tentativa de se contentar com uma só” (BM, §36, trad. PCS). Esse é o lugar que a vontade ocupa, ou seja, enquanto extremo inexplorado da causalidade. No limite, assim, tudo poderia ser explicado como efeito da vontade; da vontade de poder, segundo a tese de Nietzsche.

Nietzsche assume o procedimento econômico como algo largamente difundido, uma “(...) moral do método, à qual ninguém se pode subtrair hoje” (*Idem*), segundo salienta, que autoriza a tentativa de fazer tudo confluir a uma causalidade única, sem superfluidades que sobrecarreguem a explicação. O que Nietzsche faz em BM § 36, quando focamos atenção ao princípio da economia aí atuante, é propor algo que elimina a quantidade de explicações sobre a efetividade. A causa do orgânico, por exemplo, é reduzida à “realidade” dos impulsos e desejos, como algo que movimentava as organizações até a complexidade do orgânico. Contudo, antes de avançar para o mérito econômico da vontade de poder, devemos esclarecer a pertinência do próprio procedimento. Concomitante a isso, deve-se ainda procurar quais fontes fazem Nietzsche considerar que a economia se mostra como um método imprescindível ao qual “ninguém se pode subtrair hoje”. Pensamos aqui que a referência a Richard Avenarius e Ernst Mach são indispensáveis para isso, na exata medida em que conduzem o princípio da economia ao centro metodológico de seus procedimentos filosóficos. Além disso, temos substanciais evidências da relação de Nietzsche com textos centrais desses autores na época de gestação de *Além do bem e do mal*. Com isso, não é a navalha de Ockham ou o princípio newtoniano acima indicado que servirão como medidas exclusivas para nossas abordagens relacionadas a Nietzsche,

mesmo que a simplicidade contrária ao excesso explicativo, centrais para Ockham e Newton, continue sendo o essencial para o princípio da economia.

O caminho que aqui será percorrido nos permitirá reavaliar algumas interpretações da vontade de poder de Nietzsche e, dentre essas, em especial a opção metodológica compartilhada por Müller-Lauter e Heidegger. Um aspecto comum entre a leitura destes intérpretes está na prioridade dos póstumos sobre a obra publicada quando consideramos a vontade de poder. Enquanto Heidegger evidencia que o verdadeiro pensamento de Nietzsche permanece escondido em suas anotações póstumas (HEIDEGGER, 2007, p. 11), Müller-Lauter, na mesma direção, justifica: “Nietzsche não apenas retinha muitas de suas concepções. Ele também dava expressão a algumas delas, em seus escritos, apenas de modo encoberto, simplesmente alusivo, ou também em forma hipotética” (1997, p. 58). Faz parte da sequência dessa justificativa de Müller-Lauter as constantes censuras de Nietzsche à linguagem, sobretudo enquanto meio impróprio para expressar de maneira fidedigna os pensamentos. Frente a isso, pesa sobre a obra publicada o ônus de sonegar a verdadeira filosofia de Nietzsche que, por razões linguísticas, não poderia ser comunicada. Também por motivos quantitativos, especificamente sobre a vontade de poder, o conjunto dos póstumos oferece um número de ocorrências muito superior ao da obra publicada. Na *Digital Critical Edition* podemos confirmar apenas 19 ocorrências da expressão *Wille zur Macht* na obra publicada, contra 111 nos fragmentos póstumos. Tal superioridade numérica, assim, parece corroborar a opção metodológica de Heidegger e Müller-Lauter.

Há uma dissonância considerável entre o modo como Nietzsche discorre sobre a vontade de poder nas anotações póstumas e na obra publicada. Se podemos ler nos póstumos incisivas afirmações, tal como: “*Este mundo é (ist) a vontade de poder – e nada mais! E também vós sois esta vontade de poder – e nada mais*” (eKGBW/NF-1885,38[12]). Em BM § 36, de maneira mais comedida, após Nietzsche considerar que caso a hipótese da causalidade da vontade como única (e, concomitantemente, a tese da vontade de poder) seja “permitida”, “então se obteria o direito de definir *toda* força atuante, inequivocamente, como *vontade de poder*. O mundo visto de dentro, o mundo definido e designado conforme o seu ‘caráter inteligível’ – [ele] seria (*sie wäre*) justamente ‘vontade de poder’, e nada mais. –” (BM, § 36, trad.: PCS). Fica bastante evidente, na comparação, que a franqueza e decisão da asserção do “Este mundo é (*ist*) vontade de poder” cede lugar ao prudente “[ele] seria (*sie wäre*) justamente ‘vontade de poder’”. Essa prudência, de acordo com caracterização que aqui desenvolveremos, recebe do princípio da economia sua

justificação. É esse princípio que permite a hipótese de Nietzsche, uma vez que revela a arbitrariedade da redução do mundo a relações físicas, ou, em outras palavras, mostra que formalmente a hipótese de Nietzsche é tão econômica quanto a redução empiriocrítica de Avenarius e Mach. Nessa direção, optar por avaliar a vontade de poder a partir dos póstumos, e conceder a estes “ascendência interpretativa sobre a versão publicada” (MÜLLER-LAUTER, 1997, p. 67), implica em ocultar a refinada estratégia efetivada em BM, §36. Não há perda da pujança da vontade de poder por ela ser apresentada como uma hipótese na obra publicada. Ao contrário, sua apresentação hipotética, condicionada ao princípio da economia, destitui a exclusividade da visão físico-mecânica vigente.

Este trabalho está estruturado em três momentos distintos e complementares: inicialmente, será considerada a importância do princípio da economia para o empiriocriticismo de Avenarius e Mach, apresentando o modo como esses autores veem a exclusividade das relações físicas e materiais como consequência da aplicação do princípio. Na sequência, será abordado o exemplo contrário ao princípio da economia que emerge do paralelismo psicofísico de Wundt. Toda essa reconstrução do debate em torno do princípio servirá como meio para a releitura de BM, §36, em um terceiro momento do trabalho. Por fim, serão consideradas as consequências da aplicação do princípio da economia para a defesa da redução de “toda força atuante” como vontade de poder, além das próprias características dessa tese de Nietzsche.

A unificação empiriocrítica (Avenarius e Mach)

O termo *empiriocriticismo*, enquanto representação conjunta do empenho de Avenarius e Mach², repercute a oposição ao núcleo da filosofia transcendental de Kant. Tanto a noção de uma “crítica da experiência pura”, de Avenarius, quanto a descrição física do funcionamento da percepção humana, de Mach, pretendem atenuar o impacto das considerações kantianas que reconhecem a inelutável atuação humana sobre o produto do conhecimento. Se em Kant o conhecimento deve estar resignado à estrutura transcendental prévia que sua *Crítica da razão pura* estabeleceu, Avenarius e

² Chiara Krauss (2019), todavia, indica outras nomenclaturas para a designação da vinculação de Avenarius e Mach: “positivismo crítico, empirismo realista, fenomenalismo, monismo neutro, filosofia da imanência e, por último, mas não menos importante, o empiriocriticismo, o único termo que designa exclusivamente e sem ambiguidade suas filosofias” (KRAUSS, 2019, p. 5).

Mach, por sua vez, querem apresentar um caminho alternativo que salvasse a experiência dessa determinação humana do conhecimento. Daí o termo empiriocriticismo. Aos nossos propósitos, no entanto, importa menos o resultado do pensamento de Avenarius e Mach e mais o caminho que conduz a suas construções filosóficas. Isso não só porque os trabalhos centrais desses autores são posteriores ao período de gestação e publicação de *Além do bem e do mal*, ao qual pretendemos restringir nossa investigação, mas, em especial, porque o princípio da economia que aqui concedemos especial atenção é colocado em prática muito antes da conclusão sistemática de seus trabalhos.

Richard Avenarius projeta, em especial a partir do livro *A filosofia como o pensar do mundo de acordo com o princípio do menor gasto de energia*³, uma crítica da experiência pura. Tal é, precisamente, o subtítulo deste livro publicado em 1876: *prolegômenos a uma crítica da experiência pura*. Contudo, entre os prolegômenos e a publicação de sua *Crítica da experiência pura* existe um intervalo de mais de 10 anos, e apenas em 1888 Avenarius consolida o projeto gestado em 1876. Nietzsche teve contato com o texto de Avenarius já 1876⁴, ano de sua publicação. Brobjer (2008, p. 93), todavia, sublinha que no inverno de 1883-84 Nietzsche leu *A filosofia como o pensar do mundo* de Avenarius e incluiu longas citações dessa obra no caderno MP XVII 1b, embora sem uma apresentação explícita dessa fonte. Tal é o caso dos fragmentos eKGBW/NF-1883, 24[9] e 24[10], além de diversas referências indiretas durante todo o mencionado caderno. O foco de Nietzsche, nessa ocasião, foi a concepção de causalidade e força desenvolvida por Avenarius em *A filosofia como o pensar do mundo*.

O contato de Nietzsche com Ernst Mach também carece de um esclarecimento preliminar, na medida em que sustentamos aqui uma influência relacionada a *Além do bem e do mal*. A obra principal de Mach é a *Análise das sensações*, publicada em 1886, ou seja, no mesmo ano de publicação de *Além do bem e do mal*. A obra de Mach passou por alguns acréscimos em sua edição publicada na língua inglesa, em 1897. Em sua segunda edição alemã, em 1900, contudo, os acréscimos foram substanciais, com seis capítulos novos⁵. De acordo com Brobjer (2008, p. 94), Nietzsche leu a obra principal de Mach, em sua primeira edição, “provavelmente em 1886 ou 1887”. Porém, antes disso,

³ Utilizamos aqui a edição original (1876) cotejada com a tradução espanhola do texto de Avenarius (1947). As traduções, no entanto, são de nossa responsabilidade.

⁴ O livro *A filosofia como o pensar do mundo de acordo com o princípio do menor gasto de energia* (1876) consta na relação de livros que Nietzsche teve contato, segundo inventário realizado por Campioni, D'Iorio, Fronterotta e Fornari em *Nietzsches persönliche Bibliothek* (2010, p. 716).

⁵ Utilizamos aqui a tradução para língua inglesa (MACH, 1914), que inclui todas essas reedições da obra de Mach.

“Segundo Max Oehler [arquivista do *Nietzsche-Archiv* de 1919 até 1945], Nietzsche leu textos de Ernst Mach em uma sala de leitura pública em Zurique, em 1884. Também é possível que Nietzsche tenha lido contribuições de Mach ou resenhas e discussões sobre ele em revistas filosóficas” (BROBJER, 2008, p. 94).

Não há certeza sobre quais trabalhos de Mach foram lidos por Nietzsche antes de 1886, porém, isso permite especular que dentre estes pode estar incluído o texto *A natureza econômica da investigação física*, publicado originalmente em 1882 (MACH, 1882) por ocasião de um discurso de Mach no aniversário da Academia Imperial de Ciências, em Viena. Independente da confirmação dessa fonte, todavia, o conteúdo do texto possui surpreendentes reverberações nas posições assumidas por Nietzsche, principalmente em *Além do bem e do mal*. Além desse texto de 1882, também é possível que Nietzsche tenha se familiarizado com a adesão de Mach ao princípio da economia através do livro *A ciência da mecânica*, de 1883, mais especificamente, no subitem “A economia da ciência” do capítulo “O desenvolvimento formal da mecânica”, onde Mach justifica e desenvolve sua concordância com o princípio da economia. Contudo, independente de confirmações exatas, a relação pode ser aferida a partir das consonâncias temáticas que se podem constatar⁶.

O próprio Mach indica sua confluência com Richard Avenarius em relação ao princípio da economia (cf. MACH, 1914, p. 49). Para ambos, não se trata simplesmente de um método, mas de uma característica que abarca tanto o funcionamento da natureza quanto o modo como o conhecimento humano procede, independente de uma adesão voluntária ao princípio. Nessa direção, economia de energia, ou o menor dispêndio de energia, tem relação direta com a preservação dos organismos, ou seja, a administração mais conveniente da quantidade limitada de energia. As atividades especificamente humanas também são conduzidas por essa organização econômica que regula o

⁶ A relação entre Nietzsche e Mach já foi discutida por renomados intérpretes. Contudo, como o interesse sempre tendeu a uma aproximação mais ampla, ou seja, visando o núcleo do pensamento de Mach desenvolvido na *Análise das sensações*, em relação, principalmente, aos textos de Nietzsche posteriores a 1886, esses trabalhos não têm grande utilidade para aquilo que aqui pretendemos desenvolver. Veja-se, por exemplo, a intenção de Hussain (2004, p. 327) ao incluir Nietzsche na linha positivista assumida por Mach. Também Pietro Gori, ao vincular Nietzsche ao realismo pragmático de Mach. É assim, por exemplo, no livro *Il pragmatismo di Nietzsche* (GORI, 2016) e no artigo *O componente pragmatista do perspectivismo nietzschiano* (GORI, 2016b). Tivemos a oportunidade de discutir essas leituras que relacionam Nietzsche e Mach de maneira mais ampla no contexto de nossa tese de doutorado (LEIDENS, 2019), no subitem “À sombra da leitura heideggeriana” (p. 109-140). Em suma, como pretendemos avaliar especificamente a influência exercida por Mach em relação à adoção estratégica do princípio da economia por Nietzsche, considerando prioritariamente o discurso *A natureza econômica da investigação física* de 1882 e *A ciência mecânica* (1883), não cabem aqui essas discussões mais amplas sobre a relação entre Nietzsche e Mach.

desperdício de energia: “Como a energia⁷ é finita, temos que supor com justa razão que a alma se esforçará em levar a cabo os processos aperceptivos da forma mais econômica possível, isto é, tratando de conseguir o máximo resultado com o menor gasto relativo de energia” (AVENARIUS, 1876, p. 3).

Mach, por sua vez, sublinha que a atuação econômica perfaz uma exigência instintiva sobre o modo como o ser humano se situa no mundo. Isso é consonante ao peso concedido por Nietzsche à “consciência do método” (*Gewissen der Methode*) (BM, §36, trad. PCS) que torna não apenas “lícito” (*erlaubt*) lograr posições econômicas, mas, sim, “imposto” (*geboten*). Essa exigência instintiva, para Mach, tem relação com o impulso da autopreservação (cf. MACH, 2014, p. 197). São as posições econômicas que garantem um conhecimento que possa ser incluído como “propriedade permanente da humanidade” (*Idem*, p. 191), ou seja, que contribua para a preservação da humanidade através do acúmulo cada vez maior das explicações sobre os acontecimentos do mundo e que permitam, por fim, previsões na direção do futuro. Isso, no entanto, não é assumido por Mach como um procedimento completamente explícito, mas, antes, uma necessidade profundamente enraizada e instintiva: “o poderoso instinto intelectual, em conjunto com vastos poderes conceituais, constitui o grande investigador” (*Idem*, p. 190-191). Trata-se de tornar familiar o desconhecido, algo que encontra sua expressão, de acordo com Mach, na economia da linguagem.

A mais maravilhosa economia de comunicação é encontrada na linguagem. As palavras são comparáveis a tipos que poupam a repetição de sinais escritos e, portanto, servem a uma multiplicidade de propósitos; ou aos poucos sons dos quais nossas inúmeras palavras diferentes são compostas. A linguagem, com seu pensamento auxiliar e conceitual, fixando o essencial e rejeitando o não essencial, constrói suas imagens rígidas do mundo fluido no plano de um mosaico, com sacrifício de exatidão e fidelidade, mas com economia de ferramentas e trabalho (MACH, 2014, p. 191-192).

⁷ Cabe ressaltar que a ideia de energia (*Kraft*) aqui apresentada assume um sentido fisiológico, tal como o próprio Avenarius sublinha: “(...) o termo energia [*Kraft*] está empregado aqui principalmente em um sentido fisiológico. As sensações de força ou fraqueza, alívio ou desconforto, recuperação ou exaustão são consideradas apenas como fenômenos conscientes concomitantes” (AVENARIUS, 1876, p. 3). Mais adiante, Avenarius irá empregar o mesmo termo (*Kraft*) para indicar uma instância causadora do movimento que jamais pode experimentada enquanto tal, ou seja, não pode haver uma sensação direta dessa força. O tradutor do texto de Avenarius para língua espanhola (AVENARIUS, 1947) supera essa ambiguidade diferenciando “energia” (em um sentido fisiológico) e “força” (como causa do movimento), apesar do original em alemão empregar o mesmo termo para as duas situações. Acatamos aqui a diferenciação do tradutor para língua espanhola.

Antes de Mach, Avenarius já estabeleceu essa estreita relação entre linguagem e economia. A direção de sua abordagem não se diferencia de Mach, uma vez que a linguagem, para Avenarius, consiste na redução da “massa de representações” em palavras que unifiquem um sentido compartilhado, de acordo com a intenção econômica subjacente de “compreender rápida e facilmente” (AVENARIUS, 1976, p. 11). Linguagem e conceito, assim, equivalem a uma organização econômica do mundo; meios para fixar a fluidez do mundo.

Até aqui, sobram exemplos do estranhamento de todos esses elementos que circunscrevem o princípio da economia com o pensamento de Nietzsche. Para ficarmos restritos apenas a *Além do bem e do mal*, vemos que Nietzsche se opõe ao *telos* da autoconservação (BM, §13); ironiza a noção econômica da “força mínima” como uma “estupidez máxima” (BM, §14); roga que se abandone a crença na linguagem, bem como de seus liames gramaticais, por atuar como uma “governanta” que limita as perspectivas (BM, §34); reconhece o conceito filosófico como um “atavismo” que remonta a própria origem e funções gramaticais da linguagem (BM, §20). Em síntese, nada parece tender a uma concordância com o princípio da economia na direção indicada por Avenarius e Mach. Ainda assim, relembramos, BM §36 assume a economia das causas e indica a necessidade de tentar a vontade de poder como causa única e explicação suficiente. Não resta dúvidas que a “consciência do método” em BM §36 está ligada ao princípio da economia. Uma questão permanece, no entanto: em que sentido é possível relacionar a vontade de poder à necessidade humana por explicações que acolham e fixem o desconhecido e fluído em um conceito único e explicativo? Cunhada, inegavelmente, para desestabilizar e promover a fluidez das perspectivas, não parece possível calibrar a vontade de poder às exigências básicas do princípio da economia. Cabe aqui ressaltar, no entanto, que essas incompatibilidades do princípio da economia com o contexto geral onde se insere a vontade de poder podem ser vistas a partir de outra perspectiva, desde que se mantenha a ideia de um estratégico assentimento ao princípio por Nietzsche.

A crítica da causalidade, estabelecida por Avenarius em *A filosofia como o pensar do mundo* e avaliada por Nietzsche em fragmentos do inverno de 1883-84, surge como um interessante mote para compreender a ambígua adesão ao princípio da economia em BM § 36. A economia, no sentido aqui tematizado, é sempre a busca pela eliminação das superfluidades que sobrecarregam as explicações. No caso específico de Avenarius, isso tem relação com sua intenção de estabelecer as bases da experiência pura, ou seja, eliminar tudo o que é humanamente inserido nos dados empíricos.

Tal é a situação da causalidade, em especial quando considerada como um conceito puro do entendimento (Kant), ou seja, a condição de possibilidade do conhecimento. Assim, tomando a causalidade como inserção antropológica, Avenarius pretende salvaguardar a experiência pura quando elimina dos dados empíricos essa humanização. Sua argumentação contrária à causalidade inicia pela impossibilidade de qualquer experiência do que seja força (*Kraft*): “por mais atentamente que observemos as coisas que se movem, nada percebemos nelas que se possa chamar força” (AVENARIUS, 1876, p. 45). Mesmo na proximidade que temos com o movimento de nossos membros, considera Avenarius, apenas temos a experiência da “sensação de força” (*Idem*), não da própria força. As consequências para a noção de causalidade se apresentam quando Avenarius faz ver que para estabelecer qualquer causa que efetivamente coaja e condicione um efeito necessário é absolutamente imprescindível que haja uma força atuante. Por conseguinte, sem a experiência e comprovação de qualquer força, nada ocorre necessariamente, isto é, nenhuma causa coage a formação de um efeito. O que há, por fim, é apenas uma continuidade dos fenômenos observáveis, sem a possibilidade do estabelecimento de um encadeamento necessário ou mesmo de uma causa livremente iniciada, segundo Avenarius (1876, p. 45). Também Ernst Mach estabelece uma crítica à causalidade ao considerar que “não há nem causa nem efeito na natureza” (2013, p. 483), ou seja, trata-se, assim como para Avenarius, de uma humanização.

O paralelismo psicofísico e antieconômico de Wundt

A psicologia experimental ou científica, cujo início é atribuído a Wundt e a seu pioneiro laboratório em Leipzig, no ano de 1879, tem como principal característica a consolidação do método experimental para a pesquisa psicológica⁸. Trata-se de um passo fundamental para a independência da psicologia em relação à filosofia. Nesse sentido, gradativamente, a psicologia deixa de ser um estudo da alma em uma dimensão metafísica ou *a priori* para se tornar uma experimentação analisável em laboratório. Nosso interesse nessa abordagem, todavia, restringe-se a uma comparação entre a econômica

⁸ O artigo de Robert Harper (1950), todavia, argumenta que tanto William James quanto Wundt podem ser considerados pioneiros. Seus laboratórios foram estabelecidos simultaneamente em Leipzig, por Wilhelm Wundt, e na Universidade de Harvard, por William James. Portanto, tanto o laboratório de Wundt em Leipzig quanto o laboratório de James em Harvard podem ser considerados os primeiros laboratórios de psicologia experimental, de acordo com Harper.

redução empiriocrítica de Avenarius e Mach frente ao paralelismo psicofísico que marca a psicologia de Wundt. Com isso, sem a pretensão de esgotar a complexidade envolvida na abordagem filosófica e psicológica de Wundt⁹, pretendemos apenas realçar o contraste entre a fundamentação econômica do empiriocriticismo de Avenarius e Mach em relação à antieconômica defesa da correspondência não causal entre o físico e o psíquico que emerge da teoria psicológica de Wundt. Isso será fundamental, segundo entendemos, para pensar o caráter econômico da vontade de poder almejado por Nietzsche.

Em linhas gerais, a psicologia experimental de Wundt pode ser definida como uma correspondência entre o físico e o psíquico; entre a fisiologia e as especificidades da consciência. Isso, no entanto, sem resultar em um dualismo de substâncias, mas, antes, enquanto um paralelismo psicofísico que considera a unidade do organismo:

Essa divisão dos processos vitais em físicos e psíquicos é útil e até mesmo necessária para a solução de problemas científicos. Devemos, no entanto, lembrar que a vida de um organismo é realmente uma; complexa, é verdade, mas ainda unitária. Não podemos, portanto, separar os processos da vida corporal dos processos conscientes, assim como não podemos distinguir uma experiência externa, mediada por percepções sensoriais, e opô-la, como algo completamente separado e distinto, ao que chamamos de experiência 'interna', os eventos da nossa própria consciência (WUNDT, 1910, p. 1).

Essa correspondência entre o físico e o psíquico é referida como “paralelismo psicofísico”, embora não implique uma ligação causal direta entre eles. As características físicas e fisiológicas são específicas e desempenham um papel crucial na constituição do organismo. O estudo dessas características pertence às ciências naturais, que investigam as conexões causais a partir de uma perspectiva física. Por outro lado, o aspecto psíquico não é determinado de forma direta pela sua contraparte física, mantendo sua independência e singularidade. No âmbito psíquico, surgem questões relacionadas aos valores humanos que superam uma abordagem estritamente física e causalmente fechada, incorporando elementos sociais e históricos (Cf. DANZINGER, 1979, p. 207). O paralelismo psicofísico torna complexa a abordagem metodológica, pois não se pode simplesmente reduzir o físico ao psíquico nem o psíquico ao físico. No entanto, como indicado pela citação de Wundt, “a

⁹ Para detalhes sobre os pressupostos filosóficos que balizam a teoria psicológica de Wundt, conferir a tese de doutorado de Saulo Araujo (2007).

vida de um organismo é realmente uma; complexa, é verdade, mas ainda unitária”.

No texto “*Sobre Causalidade Psíquica e o Princípio do Paralelismo Psicofísico*”, de Wundt, são apresentadas considerações decisivas sobre essa distinção apontada. Após definir a causalidade nas ciências naturais como um sistema fechado e autossuficiente, ou seja, todos os fenômenos são regidos por leis naturais que não dependem de causas externas ao próprio encadeamento físico (Cf. WUNDT, 1894, p. 28), Wundt considera como “milagre [*Wunder*]” (1894, p. 33) qualquer intervenção externa a esse sistema fechado. A vontade é citada como um exemplo disso: “(...) a ideia de que a vontade humana pode diretamente acionar forças motrizes da matéria é tão milagrosa quanto a noção de que um ser humano pode se transportar para um local distante sem usar meios físicos de movimento” (1894, p. 33). É nessa direção que a ideia de paralelismo pode ser melhor compreendida.

O paralelismo psicofísico se mostra como uma descrição adequada da ausência de uma relação causal entre o âmbito psíquico e o âmbito físico, uma vez que mantém a independência de ambos. Para Wundt, trata-se de preservar as especificidades do mental, em especial de sua dimensão valorativa que não possui correspondência direta nos processos físicos (Cf. WUNDT, 1894, p. 46). É nessa medida que o “materialismo psicológico” (Cf. 1894, p. 47), para Wundt, representa uma restrição problemática ao indivíduo físico, em detrimento de uma mais abrangente perspectiva, isto é, enquanto sujeito psicofísico. Nessa direção, a redução ao físico, própria do materialismo psicológico, para Wundt, corresponde à impossibilidade de adequadamente abordar a especificidade da mente e de suas estimativas de valor (valores éticos e estéticos, por exemplo). Em outros termos, uma restrição ao físico/fisiológico seria uma limitada perspectiva.

Evitando essa limitação, Wundt estabelece a noção de causalidade psíquica, paralelamente à definição de causalidade utilizada nas ciências naturais. Assim, ao invés da previsibilidade relacionada à função da causalidade nas ciências naturais, a causalidade psíquica precisa corresponder à variabilidade das manifestações dos aspectos subjetivos da experiência, que são acolhidos em termos de causas e efeitos, porém, sem jamais resultar em equações causais.

A causalidade física deriva do conceito de evento; afinal, onde não há mudança ocorrendo, a questão da causalidade não surge. Mas em cada causa estão envolvidas também condições constantes, provenientes de objetos invariáveis da natureza, que, portanto, entram em cada equação causal e tornam possível a

estabelecimento de relações firmes entre causas e efeitos, e assim a formulação de equações causais em geral. (...) Por outro lado, apenas estados variáveis nos confrontam em uma série causal psíquica como condições relativamente duradouras, que por fim desafiam a decomposição causal em uma cadeia de eventos (WUNDT, 1894, p. 107).

São três os princípios apontados por Wundt em relação à causalidade psíquica: “1) o princípio da pura atualidade dos eventos, 2) o princípio da síntese criativa e 3) o princípio da análise relacional” (1894, p. 100). Cada um desses princípios irá marcar a diferença da causalidade psíquica em relação à física. No caso da “pura atualidade dos eventos”, está em questão o caráter dinâmico dos processos mentais, que não envolvem a relação direta de nenhum evento que não seja igualmente mental (por isso se trata de uma atualidade *pura*). Esse princípio destaca a natureza fluida e em constante mudança dos eventos mentais, onde não há entidades fixas, mas sim uma sucessão de estados mentais em fluxo constante (Cf. WUNDT, 1894, p. 101-112). Por sua vez, a “síntese criativa” marca a característica específica dos eventos mentais em produzir algo novo a partir da combinação de experiências no interior do sujeito. Algo assim é impensável a partir de uma perspectiva estritamente física pautada na estabilidade do encadeamento causal. Por fim, o “princípio da análise relacional” se refere à característica da consciência de enfatizar partes específicas de sua totalidade. A arte e a linguagem são apresentadas como exemplos desse aspecto da consciência: em relação à arte, a obra realizada é o produto integral das partes que estão presentes, de antemão, na consciência do artista; da mesma forma, para o falante, o todo do discurso deve estar presente na consciência antes de sua expressão em gradual. Sobre isso, pergunta Wundt: “Como seria possível, de outra forma, concluir até mesmo uma frase razoavelmente complexa, enquanto no início do discurso ainda não se sabe como ela será moldada nos detalhes?” (1894, p. 120). Cabe à “análise relacional”, assim, resgatar essas conexões entre as partes que compõem a totalidade da consciência. Esses princípios que orientam a especificidade da causalidade psíquica, no entanto, não atuam isoladamente para revelar a integralidade da constituição psicofísica:

(...) a psicologia deve examinar essas formas ideais [Wundt se refere ao caráter abstrato dos três princípios da causalidade psíquica] não apenas como tais, mas em sua conexão com a totalidade das condições psicofísicas da consciência e, portanto, em seu significado real para o desenvolvimento da vida mental. Isso

implica naturalmente que suas tarefas exijam uma interação contínua entre considerações causais psíquicas e físicas (WUNDT, 1894, p. 122).

Isso aponta para a complementariedade entre a experimentação e a observação; entre a causalidade física e a causalidade psíquica. O paralelismo psicofísico que pauta a psicologia de Wundt exige esse procedimento metodológico baseado na complementação dessas causalidades, sem jamais reduzir uma à outra. Lembremos que, para Wundt, “a vida de um organismo é realmente uma; complexa, é verdade, mas ainda unitária” (WUNDT, 1910, p. 1).

Toda essa discussão em torno da psicologia de Wundt, ainda que apenas sumariamente reconstruída aqui, não tem papel digressivo em relação a nosso interesse no princípio da economia de Avenarius e Mach. Bem ao contrário, só teremos uma real noção da função e alcance do princípio, para ambos, a partir desse paralelismo defendido por Wundt. Por conseguinte, a transfiguração nietzschiana do empiriocriticismo de Avenarius e Mach somente poderá ser considerada rigorosamente através dessa efervescência teórica em torno da independência da psicologia que emerge na segunda metade do século XIX. Cabe ressaltar, quanto a isso, que a perspectiva do paralelismo psicofísico de Wundt teve uma limitada influência no período. A concepção que predominou a partir da virada para o séc. XX foi baseada no empiriocriticismo de Avenarius e Mach, ou seja, uma psicologia completamente submetida à ciência natural. Isso significa que a noção de causalidade psíquica e a manutenção de um âmbito especificamente mental foi dissolvida em processos estritamente físicos/fisiológicos¹⁰.

Embora tenhamos direcionado a crítica da causalidade de Avenarius e Mach, anteriormente, apenas à humanização que a filosofia transcendental promove em relação ao conhecimento, podemos ver o caso também como a

¹⁰ Sobre isso, comenta Danzinger: “Próximo à virada do século, psicólogos mais jovens, como Külpe, Titchener e Ebbinghaus, começaram a fundamentar sua definição de psicologia na filosofia positivista da ciência representada por Mach e Avenarius, um desenvolvimento fortemente contestado por Wundt. A psicologia foi redefinida como uma ciência natural preocupada com fenômenos em sua dependência de um organismo físico. Os conceitos centrais de Wundt, como voluntarismo, valor e causalidade psíquica, foram rejeitados como metafísicos” (1979, p. 205). Essa tendência positivista que passa a definir a psicologia fundamenta a crítica que Danzinger promove em relação à influente *História da psicologia experimental* (BORING, 1950). Segundo Danzinger: “(...) a história, como todos sabem, é escrita pelos vencedores. E assim, a história não foi amigável à visão de Wundt para a psicologia. Na verdade, se alguém se restringir a fontes secundárias em inglês, dificilmente conseguirá descobrir qual era essa visão. Infelizmente, a obra clássica de E. G. Boring, ‘História da Psicologia Experimental’, nos deixa completamente desamparados nesse ponto. Basta dizer que é muito difícil conciliar a interpretação de Boring sobre as ideias fundamentais de Wundt com o trabalho original, especialmente a parte maior e mais importante do original que permanece não traduzida” (1979, p. 205-206).

uma contraposição aos termos da psicologia de Wundt. De fato, a crítica da causalidade de Avenarius e Mach, como vimos anteriormente, desfaz o principal aspecto da distinção entre uma causalidade física e uma causalidade psíquica que Wundt estabelece. Deixando de ser uma necessária correlação entre coisas para figurar a ideia de que “cada fenômeno se encontra em uma relação de sequência, com outro anterior, graças ao qual todos eles estão unidos por um fio de continuidade” (AVENARIUS, 1876, p. 46), as ciências naturais passam a estar destituídas de sua diferença em relação aos processos mentais. Isso porque tanto a psicologia quanto as ciências naturais passam a empregar a causalidade enquanto continuidade não necessária, identificando os processos físicos e psíquicos à mesma noção renovada de causalidade. Porém, mais importante que essa equalização dos processos físicos e mentais é o reconhecimento da atuação imprescindível do princípio de economia. Não corresponde aos requisitos do princípio a manutenção paralela de dois âmbitos distintos e irreduzíveis, tal como se mostra a defesa do paralelismo psicofísico de Wundt. Para Avenarius e Mach, em consonância ao predomínio científico da época e, sobretudo, em conformidade à demanda econômica da humanidade, o paralelismo de Wundt deve ser reduzido à primazia das explicações físicas.

Eis que o monismo, ao invés do paralelismo, corresponde à visão mais econômica do mundo. Ao mesmo tempo, isso equipara a filosofia à ciência, em relação ao campo de atuação. Assim, os conceitos não se distinguem das leis naturais, nem têm menos objetividade que estas (Cf. AVENARIUS, 1876, p. 18). Trata-se, ao invés, de uma dinâmica da compreensão que envolve o avanço a partir de unidades particulares alcançadas, tarefa das ciências naturais, em direção a uma unidade suprema que corresponde à tarefa da filosofia. Estando afastado o paralelismo, da mesma forma que qualquer perspectiva dualista, simultaneamente estão suprimidas as heterogeneidades e contradições que desperdiçam energia e geram impasses para a compreensão.

A mesma dissolução do paralelismo em uma perspectiva estritamente física, isto é, monista, se encontra em Ernst Mach. O início do discurso de Mach para a Academia Imperial de Ciências indica, precisamente, o caráter ultrapassado de toda descrição animista do mundo, cedendo lugar “à visão físico-mecânica do mundo” (MACH, 2014, p. 187). É a prioridade instintiva do princípio da economia que intercede em favor do estabelecimento de uma unidade abarcante, algo que se apresenta espontaneamente nas funções básicas de “movimento e digestão” (MACH, 2014, p. 190) e que deve, normativamente, pautar o arranjo do conhecimento humano. Mach considera

que a ciência tem seu êxito marcado, precisamente, na simplificação explicativa dos acontecimentos; em uma “formulação bem-sucedida, em termos claros, abstratos e comunicáveis, (...) e assim torná-la propriedade permanente da humanidade” (2014, p. 191). A matemática apresenta essa característica de maneira evidente, uma vez que a própria abstração numérica dos fatos representa imediatamente essa tendência econômica. Por seu turno, a física também está adequada a isso quando faz uso da matemática para expressar a experiência em fórmulas (Cf. MACH, 2014, p. 197). Contudo, quando se considera os avanços da psicologia, nos termos estabelecidos por Wundt, o paralelismo psicofísico revela uma formulação contrária à economia.

Enquanto a experiência, para Wundt, pode ser vista a partir de duas perspectivas diversas, conquanto se esteja falando das ciências naturais ou da psicologia, para Mach, assim como para Avenarius, a psicologia integra o âmbito do conhecimento físico. A principal tese de Mach, já presente em 1882 em seu discurso, mas desenvolvida em pormenores apenas em 1886 na *Análise das sensações*, permite compreender o foco principal de sua abordagem: “O mundo consiste em cores, sons, temperaturas, pressões, espaços, tempos, e assim por diante, que agora não chamaremos de sensações, nem de fenômenos, porque em ambos os termos uma teoria unilateral arbitrária está incorporada, mas simplesmente elementos” (MACH, 2014, p. 209). Tais elementos fazem referência ao conhecimento produzido pela física, não apenas em termos quantitativos relacionados a elucidações por meio de fórmulas matemáticas, mas também em relação à percepção humana das cores, sons, temperaturas etc. É a física, para Mach, que deve expor as características da percepção humana a partir de uma descrição fisiológica que explique seu funcionamento e, com isso, complemente o conhecimento matemático do mundo: “Se olharmos para o assunto sob essa luz imparcial, parecerá indubitável que o método da psicologia fisiológica não é outro senão o da física; além disso, que essa ciência é uma parte da física. Seu assunto não é diferente daquele da física. Ela determinará inquestionavelmente as relações que as sensações mantêm com a física do nosso corpo” (MACH, 2014, p. 210). Em suma, a unificação empiriocrítica de Avenarius e Mach corresponde à dispensabilidade de um âmbito estritamente mental ou animista que duplica superfluamente as perspectivas do mundo.

A apresentação econômica da vontade: uma releitura de BM § 36

Nietzsche mostra estar completamente ciente do argumento de Avenarius quando reconstrói os principais aspectos de sua crítica à força e à causalidade: “Nossa fé na causalidade é a fé na força e seus efeitos; uma transposição de nossa vivência; identificamos assim a força e o sentimento de força. – Mas em nenhum momento a força move as coisas, a força que sentimos não põe em movimento os músculos” (eKGBW/NF-1883, 24[9]). Isso se refere, precisamente, ao caráter heterogêneo (entre força e matéria) que conduz Avenarius a suplantiar a noção de força e, com esta, a própria causalidade enquanto necessidade dos efeitos. Nietzsche também alude a essa consequência da impossibilidade da experiência sensível da força, e ressalta que “‘(...) se não temos experiência da força como motor, tampouco experimentamos a *necessidade* de um movimento’. A força deveria ser o que coage! ‘Só temos experiência de que uma coisa segue a outra – não experimentamos nem coação nem arbitrariedade’” (eKGBW/NF-1883, 24[9]). Todas essas citações presentes nesse fragmento são imprecisas referências ao livro de Avenarius, que Nietzsche não cita explicitamente na ocasião.

O paralelismo psicofísico que Wundt preserva em sua psicologia pode ser assumido como fio condutor para essa linha de raciocínio que, passando por Avenarius, irá desembocar na especificidade de BM § 36. Para Wundt, sempre será uma posição metafísica o intercâmbio causal entre corpo e mente; entre o físico e o psíquico. Assim, o corpo assumido como causa dos efeitos mentais representa um paralelismo metafísico responsável por unir duas perspectivas heterogêneas, da mesma forma que a mente como causa de efeitos corporais: “Em ambos os casos, o princípio metafísico do paralelismo é baseado na suposição de que todo processo físico tem um processo psíquico correspondente e vice-versa; ou na suposição de que o mundo mental é um espelhamento do mundo corporal, ou que o mundo corporal é uma realização objetiva do mental” (WUNDT, 1897, p. 318). Como vimos anteriormente, a econômica redução de Avenarius e Mach ao físico, em detrimento de uma realidade mental independente, evita esse diagnóstico de Wundt ao eliminar tudo o que não se pode ver e tocar, ou seja, a *força* e seus correlatos intangíveis. O ônus disso, no entanto, é a supressão conjunta da própria ideia de causalidade, na exata medida em que causalidade e força são interdependentes: “Nossa fé na causalidade é a fé na força e seus efeitos”, segundo confirma Nietzsche no fragmento supracitado. A física, nesse sentido, não expõe a necessidade das tramas causais no mundo, o que equivale a dizer que não é nada além de “interpretação e disposição do mundo (...), e não explicação”

(BM, § 14, trad. PCS). Contudo, esse caráter interpretativo da física permanece apenas uma superficial constatação; um detalhe sonogado pelo imperativo do “sensualismo eternamente popular”:

(...) na medida em que [a física] se apóia na crença nos sentidos, ela passa, e deverá passar por muito tempo, por algo mais, isto é, por explicação. Ela tem os olhos e dedos a seu favor, tem a evidência ocular e a tangibilidade: sobre uma época de gosto fundamentalmente plebeu isto exerce um efeito fascinante, persuasivo, *convincente* – afinal, segue instintivamente o cânon de verdade do sensualismo eternamente popular. O que é claro, o que “esclarece”? Primeiro, aquilo que pode ser visto e tocado – todo problema tem que ser levado até esse ponto” (BM, § 14, trad. PCS).

Quando Avenarius e Mach conduzem o problema da incompatibilidade entre o físico e o psíquico até “esse ponto”, isto é, até o “que pode ser visto e tocado”, o resultado não é uma explícita interpretação. Mesmo assumindo o sentido de continuidade não necessária e consequência da irrevogável aplicação do princípio da economia, a causalidade física convence e persuade a ponto de passar por explicação. Por outro lado, tudo o que não é abarcado pelo sensualismo e permanece intangível, implica em um dispêndio supérfluo de energia. Essa é a atuação do princípio da economia para Avenarius e Mach, considerando que apenas a dimensão física tem relevância, em detrimento da força, desejo, impulso, vontade etc. É esse ponto de vista econômico que Nietzsche considera como o “princípio da força mínima e estupidez máxima”, atrelado ao imperativo “Onde o homem nada encontra para ver e pegar, nada tem para fazer” (BM, § 14, trad. PCS). A conclusão desse parágrafo de *Além do bem e do mal* mostra, além disso, a ironia de Nietzsche em relação ao que resulta desse imperativo, qualificando como um trabalho “*grosseiro*” para futuros “mecânicos” e “construtores de pontes” (BM, § 14). É na contramão a esse trabalho grosseiro que podemos ler a questão que abre o parágrafo 36 de *Além do bem e do mal*:

Supondo que nada seja “dado” como real [*real “gegeben”*], exceto nosso mundo de desejos e paixões, e que não possamos descer ou subir a nenhuma outra “realidade”, exceto à realidade de nossos impulsos – pois pensar é apenas a relação desses impulsos entre si – ; não é lícito fazer a tentativa e colocar a questão de se isso que é dado não bastaria para compreender, a partir do que lhe é igual [*Seines-Gleichen*], também o chamado mundo mecânico (ou “material”)? (BM, §36, trad. PCS).

A interrogação em conjunto com o teor hipotético do parágrafo são fundamentais para reconhecer a atuação abrangente do princípio da economia, desde a abertura do parágrafo. Além disso, o deslocamento de sentido a que são submetidos os termos entre aspas também precisa ser cuidadosamente considerado. Nesse sentido, “‘dado’ como real” não está, obviamente, fazendo referência ao popular e tangível sensualismo. “Dado”, nesse contexto, não toma a experiência como critério, em um evidente contraste à eliminação de toda intangibilidade correlata à “força” que Avenarius promoveu. Evidencia-se, assim, que “apetites e paixões” são dados como reais não de acordo com grosseiro imperativo que reduz tudo ao que pode ser visto e tocado. Porém, um cuidado adicional precisa ser tomado: a “realidade de nossos impulsos” (dos desejos e paixões) não pode ser vista como um paralelo independente de outra realidade tangível e experienciável. Esse seria o caso já apresentado do paralelismo psicofísico de Wundt, ou seja, um âmbito único que se desdobra em duas causalidades irredutíveis uma à outra. O paralelismo de Wundt é o caso exemplar de uma abordagem contrária ao princípio da economia, na medida em que mantém a heterogeneidade entre físico e psíquico como característica inelutável. A solução econômica de Avenarius e Mach, como sabemos, adere incondicionalmente à visão físico-mecânica do mundo que predomina na segunda metade do séc. XIX¹¹. Nesse sentido, enquanto Avenarius e Mach promovem a redução econômica ao físico, superando a superfluidade da manutenção heterogênea do físico e psíquico, Nietzsche efetiva uma igualmente econômica redução ao mundo dos impulsos. Não há, para Nietzsche, um paralelismo heterogêneo porque o “mundo mecânico (ou ‘material’)” é entendido como igual à “realidade de nossos impulsos”.

Temos, assim, duas reinvidicações econômicas que igualmente conflitam com o paralelismo, exemplificado aqui através dos termos da psicologia de Wundt. A questão diretiva, no entanto, não deve ser qual é a mais econômica, se a redução empiriocrítica de Avenarius e Mach ou a redução aos impulsos de Nietzsche. Antes disso, trata-se apenas de reconhecer a hipótese de Nietzsche como tão econômica quanto a de Avenarius e Mach, o

¹¹ Chiara Krauss apresenta uma elucidativa síntese desse contexto: “A segunda metade do século XIX foi caracterizada pela reação contra a filosofia romântica da natureza (*Naturphilosophie*), que elevou o organismo vivo a um paradigma para a compreensão da realidade, postulando a existência de uma ‘força vital’ finalista e a animação universal do mundo. Por outro lado, as novas tendências científicas basearam-se na suposição de que seria possível aplicar as ferramentas explicativas da física a toda a natureza, incluindo seres vivos. Nas faculdades de medicina, uma biologia e fisiologia baseadas no princípio da conservação da energia, na adoção do método experimental e na abordagem matemática-quantitativa foram estabelecidas” (KRAUSS, 2020, p. 21).

que equivale a validar a tentativa da unificação impulsiva. A própria justificação econômica reivindica a simplicidade destituída de componentes supérfluos, e não a verdade da posição. Nesse sentido, com base nessa transigência da justificativa econômica, podemos considerar que Nietzsche sugere sua alternativa e, simultaneamente, deixa transparecer o caráter circunstancial da opção pela unicidade física do mundo. É uma exigência datada, própria da segunda metade do século XIX, que inspira o resultado econômico de Avenarius e Mach. Com isso, a redução ao mundo dos impulsos implica em uma tentativa anacrônica, no sentido da renúncia às exigências da época.

Contudo, Nietzsche não apresenta uma hipótese contrária apenas ao espírito positivista da segunda metade do séc. XIX em diante, mas inaugura também uma alternativa de compreensão dos impulsos (desejos e paixões) e da própria matéria subsumida a estes. Os dois exemplos apresentados por Nietzsche são Berkeley e Schopenhauer, quando evidencia que sua hipótese não compreende o “mundo mecânico (ou ‘material’)” “como uma ilusão, uma ‘aparência’, uma ‘representação’” (BM, § 36, trad. PCS), ao contrário desses autores mencionados. No caso de Berkeley, trata-se de seu conhecido imaterialismo e da máxima “*esse é percipi* [ser é perceber]”. Grosso modo, Berkeley nega a independência da matéria enquanto algo não percebido. Isso equivale a estabelecer a estreita relação entre o real e a percepção, ou seja, não podem ser concebidas qualidades materiais que não sejam idênticas àquelas que a percepção determina¹². Berkeley, no entanto, não coaduna com a noção da matéria como representação. O representado exige uma atuação do sujeito e, por conseguinte, pressupõe uma existência independente da mente. A posição de Berkeley sobre isso fica evidente no diálogo entre Filonous e Hylas, quando aquele questiona: “Se bem vos entendo, vós afirmais que as nossas ideias não têm existência senão na mente; mas que elas são cópias – ou imagens, ou representações – de originais que existem sem ser na mente” (BERKELEY, 1973, p. 80). O próprio Filonous, conduzindo a posição do *esse é percipi* de Berkeley, contradiz o entendimento de Hylas ao argumentar que uma ideia, ou seja, algo sensível, só pode corresponder a algo igualmente sensível. Seria, nessa direção, um contrassenso considerar a matéria real como independente da percepção e representada por ideias sensíveis. Mais ainda, o real insensível seria equivalente a algo imutável que é representado por ideias sensíveis manifestamente mutáveis, corroborando o contrassenso: “Mas como será que

¹² Sobre isso, considera Berkeley: “Tudo o que posso fazer é formar ideias em minha própria mente. Eu posso, de fato, conceber em meus próprios pensamentos a ideia de árvore ou uma casa, ou uma montanha, mas isso é tudo. E isto está longe de provar que eu possa concebê-las *existindo fora das mentes de todos os espíritos*” (BERKELEY, 1973, p. 77).

o que é sensível se assemelha àquilo que não é sensível? Pois poderá acaso assemelhar-se a uma *cor* uma coisa real em si mesma *invisível*? Ou a um *som* uma coisa que não é *audível*? Em resumo: poderá algo assemelhar-se a uma sensação ou ideia, a não ser uma outra sensação ou ideia?” (BERKELEY, 1973, p. 80). Em suma, Nietzsche não interpreta Berkeley com precisão quando o faz adepto da noção de matéria como ilusão, aparência e representação, em BM §36. Para Berkeley, a matéria não é nada disso, precisamente porque ele assume a incompatibilidade entre coisas insensíveis e sensíveis.

Muito provavelmente Nietzsche reproduziu o juízo que Schopenhauer faz de Berkeley no primeiro livro de *O mundo como vontade e representação*, especialmente quando o incluiu como adepto da concepção de que o mundo é condicionado pelo sujeito e, portanto, representado por este. Sobre essa noção, Schopenhauer considera que Berkeley foi “o primeiro que a expressou decididamente, e prestou assim um serviço imortal à filosofia” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 44). Obviamente, Schopenhauer tem em vista seu próprio entendimento do mundo como representação. Restrita a essa perspectiva do mundo, o pensamento de Schopenhauer pode ser considerado econômico no mesmo sentido de Avenarius e Mach, uma vez que no mundo como representação a matéria somente pode fazer efeito sobre matéria: “Aquilo sobre o que faz efeito [a matéria] é de novo sempre matéria” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 50), isto é, matéria só age sobre matéria¹³. Tal compreensão coaduna em parte com a eliminação da heterogeneidade que promove o paralelismo dispendioso de Wundt, isto é, precisamente o que a efetivação econômica de Avenarius e Mach desfaz. Assim, da mesma forma que a referência ao físico deve assumir a exclusividade explicativa e econômica do mundo (Avenarius e Mach), a restrição da atuação da matéria somente sobre matéria, para Schopenhauer, também alude a esse entendimento econômico. Porém, como sabemos, o mundo como representação é apenas um lado do mundo para Schopenhauer. A própria ideia de representação, e é exatamente isso que motiva a rejeição dessa posição por Berkeley, pressupõe uma atuação humana sobre as coisas; pressupõe as coisas em si mesmas. A vinculação apontada por Berkeley entre a percepção e a realidade é exclusiva, ou seja, não deixa espaço para uma consideração das coisas em um sentido

¹³ Não temos aqui a intenção de aprofundar essa posição de Schopenhauer, uma vez que isso nos conduziria ao complexo tema do sensualismo em Nietzsche marcado, sobretudo, no § 15 de *Além do bem e do mal*. Aqui basta acrescentar que a ideia de matéria que só pode agir sobre matéria se refere à atuação dos “corpos animais” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 53), considerando a materialidade dos órgãos dos sentidos, que estabelece uma relação causal sobre os objetos externos. Trata-se de uma matéria privilegiada capaz de perceber tanto a si mesma quanto os objetos externos. Tivemos a oportunidade de aprofundar essa problemática em nossa tese de doutorado (LEIDENS, 2019, p. 58ss).

independente da percepção. É a Vontade de Vida, para Schopenhauer, que marca o outro lado do mundo; o mundo considerado em si mesmo. Isso desfaz completamente nossa provisória vinculação de Schopenhauer ao princípio da economia no sentido de Avenarius e Mach, ao mesmo tempo em que Berkeley pode ser mais decididamente incluído nesse cenário.

Podemos agora corrigir parte do juízo de Nietzsche quando não diferencia Berkeley e Schopenhauer em relação ao entendimento do “mundo mecânico (ou ‘material’)” como “uma ilusão, uma ‘aparência’, uma ‘representação’” (BM, §36), ainda que isso nada altere o resultado do caráter original da aplicação do princípio da economia por Nietzsche. Conquanto Schopenhauer mantenha uma posição econômica quando considera que matéria só pode agir sobre matéria, um componente heterogêneo é incluído quando a Vontade de Vida é introduzida como um princípio diretivo superior. Essa heterogeneidade é compatível com a noção de paralelismo metafísico que Wundt diagnosticou e procurou evitar, uma vez que se trata da relação entre algo imaterial (a Vontade) sobre a matéria (objetos). Temos, assim, dois exemplos claramente contrários ao princípio da economia, salvaguardadas suas evidentes diferenças: por um lado, Wundt, com seu paralelismo psicofísico, por outro lado, Schopenhauer, com seu paralelismo metafísico. Berkeley, por sua vez, pode ser relacionado a Mach e Avenarius quando restringe o real à sensibilidade¹⁴.

“O mundo mecânico (ou ‘material’)” como “uma ilusão, uma ‘aparência’ ou uma ‘representação’” tem Schopenhauer como representante explícito. Nietzsche se opõe a isso na medida em que restringe tudo ao mundo dos afetos ou, mais precisamente, à vontade de poder. Assim, se a Vontade de Schopenhauer se apresenta como um componente heterogêneo em relação ao mundo mecânico, o instituindo e guiando, a vontade de poder, por seu turno, só age sobre outra vontade de poder. Esse é um cuidado lúcido e perspicaz que Nietzsche assume para consolidar sua versão econômica do mundo:



¹⁴ Ernst Mach, no entanto, opõe-se com veemência a essa vinculação de seu pensamento a Berkeley: “Talvez mais do que em minhas ideias fundamentais, muitos leitores encontraram uma pedra de tropeço [*stumbling-block*] no que eles assumiram, erroneamente, ser o caráter geral da minha concepção do universo. E, para começar, devo dizer que qualquer um que, apesar de protestos repetidos de mim mesmo e de outros setores, identifique minha visão com a de Berkeley, está indubitavelmente muito distante de uma apreciação adequada da minha posição” (MACH, 1914, p. 361). Em nota, Mach ainda complementa: “Berkeley considera os ‘elementos’ como condicionados por uma causa desconhecida externa a eles (Deus); consequentemente, Kant, a fim de parecer um realista sóbrio, inventa a ‘coisa em si’; enquanto, na visão que defendo, uma dependência dos ‘elementos’ uns dos outros é teoricamente e praticamente tudo o que é necessário” (MACH, 1914, p. 361, nota 1). Não nos cabe aqui, no entanto, aprofundar essa diferença indicada.

A questão é, afinal, se reconhecemos a vontade realmente como *atuante*, se acreditamos na causalidade da vontade: assim ocorrendo – e no fundo a crença nisso é justamente a nossa crença na causalidade mesma –, *temos* então que fazer a tentativa de hipoteticamente ver a causalidade da vontade como única. “*Vontade*”, é claro, só pode atuar sobre “*vontade*” – e não sobre “*matéria*” (sobre “*nervos*”, por exemplo –) (BM, §36, trad. PCS, o grifo final é nosso).

Podemos ler na entrelinhas dessa passagem uma relevante referência à crítica da causalidade de Avenarius, que Nietzsche bem conhecia. A rejeição da noção de força, realizada por Avenarius, é correspondente à impossibilidade manifesta de uma experiência sensível desta. Sem a comprovação de nenhuma força, por estar além daquilo que se pode ver e tocar, nada pode ser considerado casualmente necessário. Somente a força, terminantemente identificada, ocuparia o lugar dessa necessidade da produção de efeitos. Sem a força, portanto, não há causalidade. O que faz Nietzsche é apelar para a disseminada e singela noção de que acreditamos na vontade; acreditamos na força da vontade. Admitir tal crença equivale a assumir, também, a causalidade. Em um fragmento póstumo que sucede a reconstrução da argumentação de Avenarius que citamos anteriormente, ou seja, na sequência de eKGWB/NF-1883, 24[9], Nietzsche afirma: “A crença popular em causa e efeito baseia-se na suposição de que a livre vontade [*der freie Wille*] é a causa de todo efeito: somente aqui temos o sentimento de causalidade” (eKGWB/NF-1883, 24[15]). É exatamente isso que a ciência, e leia-se Avenarius e Mach como representantes, nega. Em outras palavras, é inadmissível para a ciência, em seu regime econômico, aceitar a atuação intangível da vontade ou força sobre o mundo mecânico. “Então: ou não há vontade – a hipótese da ciência – ou a livre vontade. Esta última suposição é o sentimento dominante do qual não podemos nos libertar, mesmo que aquela hipótese seja *comprovada*” (eKGWB/NF-1883, 24[15]). A ressonância desse fragmento póstumo em BM § 36 é, assim, evidente, uma vez que o apelo de Nietzsche é justamente para esse sentimento dominante e alicerçado; para essa crença popular. O questão apresentada, a saber: “se reconhecemos a vontade realmente como *atuante*, se acreditamos na causalidade da vontade”, assume, assim, a forma de uma pergunta retórica, uma vez que a resposta afirmativa já se encontra popularmente disseminada. Além disso, é essa crença, em contraponto a Avenarius, que reabilita a causalidade; “a crença nisso é justamente nossa crença na causalidade mesma”.

Mas para qual situação o expediente da crença na vontade como causa conduz? Certamente, não à onerosa Vontade metafísica de

Schopenhauer, que age globalmente, inclusive sobre matéria; sobre nervos. Esse é o típico caso oposto ao princípio da economia, veementemente combatido por Avenarius e Mach. A vontade reconhecida por Nietzsche também não coaduna com um âmbito psíquico independente que se diferencia da perspectiva das ciências naturais. Essa é a abordagem de Wundt que, tanto quanto Schopenhauer, se afasta do princípio da economia. Porém, ao cumprir as demandas econômicas, Nietzsche também se afasta do predomínio positivista que reduz o mundo a continuidades físicas tangíveis e observáveis. Por óbvio, a vontade não pode ser apreendida pela vista e pelo tato, mas, ainda assim, sua ocasião não pode ser negada. Com isso, Nietzsche assume uma direção contrária ao predomínio científico e apresenta a hipótese da “causalidade da vontade como única”. Veja-se que o princípio da economia está sendo rigorosamente cumprido por Nietzsche. Nenhum elemento heterogêneo é introduzido com essa hipótese [“*Vontade*’, é claro, só pode atuar sobre ‘vontade’ – e não sobre ‘matéria’ (sobre ‘nervos’, por exemplo –)”], o que torna os empreendimentos econômicos de Avenarius, Mach e Nietzsche completamente equivalentes em termos formais. Ora, são exatamente os requisitos econômicos que sustentam o empiriocriticismo de Avenarius e Mach. Por isso, quando Nietzsche apresenta uma hipótese igualmente econômica, a redução física fica destituída de sua exclusividade explicativa. A única e contundente diferença entre essas posições está na suposição, acatada ou não, de que “Onde o homem nada encontra para ver e pegar, nada tem a fazer” (BM, § 14, trad. PCS). O seguinte quadro sintetiza nossas considerações até aqui:

Relações	Representante	Características
Força  Matéria ¹⁵ (Vontade)	Schopenhauer	Trata-se de uma relação heterogênea e, por esse motivo, <i>contrária ao princípio da economia</i> . A Vontade de Vida de Schopenhauer, nesse sentido, se impõe como uma força intangível que condiciona o mundo físico.
Força  Matéria (psíquico) (físico)	Wundt	São duas perspectivas de uma experiência única, segundo Wundt. Isso consolida um paralelismo cuja característica principal consiste na dissociação dos âmbitos

		psíquico e físico. Trata-se de uma posição, obviamente, <i>contrária ao princípio da economia</i> .
Matéria ←→ Matéria (físico) (físico)	Avenarius e Mach	Ao superar a heterogeneidade, Avenarius e Mach consolidam a <i>posição econômica</i> fundamentada na unicidade da visão físico-mecânica do mundo. Não há, assim, nenhuma especificidade psíquica, mas apenas relações físicas e tangíveis que explicam, inclusive, a noção de vontade.
Força ←→ Força (vontade) (vontade)	Nietzsche	Restituindo ao conceito de vontade a noção de desejos e paixões, Nietzsche propõe, em contraponto ao predomínio físico-mecânico de sua época, uma redução econômica do mundo ao confronto de forças. Trata-se, assim, de uma <i>posição econômica</i> que reverte o empreendimento de Avenarius e Mach, submetendo, inclusive, todo acontecer mecânico ao confronto de vontades.

Esse quadro mostra a originalidade de Nietzsche e remete à perspicácia estratégica presente na construção textual de BM § 36. O caráter hipotético do parágrafo não reduz, de maneira alguma, a pujança da alternativa de Nietzsche frente ao predomínio físico-mecânico de sua época. Ao contrário, é a hipótese permitida da redução do mundo ao confronto de forças ou vontades que garante o êxito da posição. E, definitivamente, a hipótese é permitida, sobretudo porque o mesmo princípio que serviu à redução de Avenarius e Mach está sendo completamente atendido por Nietzsche. O princípio da economia exige apenas que a heterogeneidade que sobrecarrega a compreensão do mundo seja eliminada, resultando em uma perspectiva simples e abrangente, que não se verifica, por exemplo, em Schopenhauer e Wundt. Assim, Nietzsche nos mostra que o caminho da redução ao físico não é o único, ou seja, é possível também cumprir os requisitos do princípio promovendo a redução ao confronto de forças. É nessa dinâmica econômica que a vontade só pode atuar contra outra vontade, e os efeitos que resultam não se impõem como um dever necessário e físico.

O resultado do confronto entre vontades, assim, recebe a indeterminação característica dessa hipótese econômica. Uma vontade só se

impõe sobre outra vontade quando a resistência é vencida; quando uma força submete outra. Nietzsche exemplifica isso através da atuação do estômago, em um relevante esclarecimento da rápida menção ao problema da geração e nutrição que aparece em BM § 36:

Podemos considerar tudo o que é necessário para manter o organismo como uma “exigência moral”: há um “tu deves” para cada órgão individual, que vem do órgão comandante. Há desobediência dos órgãos, bem como fraquezas de vontade e caráter, por exemplo, do estômago.

– Não há uma necessidade mecânica que prevaleça lá - - -? Há certas coisas que são ordenadas, mas que não podem ser completamente executadas (porque a força é insuficiente). No entanto, muitas vezes há uma extrema tensão no estômago, por exemplo, para cumprir sua tarefa - um convocação de vontade, como conhecemos em nós mesmos ao enfrentar tarefas difíceis. O esforço e seu grau não podem ser compreendidos a partir de motivos conscientes: a obediência do órgão não é um mecanismo que se desenrola por si só - - -? (eKGWB/NF-1884, 25[432]).

Mesmo que o fragmento contenha palavras indecifráveis, marcadas pelo símbolo “---”, a ideia geral do oscilante funcionamento do órgão, em consonância à insuficiência da força que comanda, em algumas situações, fica evidente. Isso ressalta o confronto como fundamento de todo acontecer, e não um mecanismo predisposto que contenha em si mesmo o resultado a ser atingido. Faz-se necessário, no entanto, expandir a abrangência das relações entre vontades a “*toda* força atuante” (BM, § 36), sem exceção. Essa é a exigência econômica da hipótese de Nietzsche, ou seja, que uma vontade não atue sobre uma matéria passiva, condicionando um efeito necessário, mas tão somente sobre outra vontade. Isso parece gerar um gigantesco contrassenso a partir dos próprios termos da posição de Nietzsche, a saber: todo acontecer ganha a marca da incerteza e indeterminação, o que equivale a dizer que nenhuma explicação pode reivindicar a verdade do processo marcado pelo confronto entre vontades. Porém, a própria posição de Nietzsche surge com a pretensão de abranger todos os acontecimentos de modo determinado; uma definição de “*toda* força atuante, inequivocamente, como *vontade de poder*” (BM, § 36, trad. PCS). Não é possível, frente a isso, deixar de considerar a reivindicação verdadeira da tese da vontade de poder. Isso é agravado pelo tom da conclusão de BM, §36: “O mundo visto de dentro, o mundo designado conforme seu ‘caráter inteligível’ – seria justamente ‘vontade de poder’, e nada

mais. –”. Como se sabe, o problema aqui levantado não é novo na literatura acumulada sobre Nietzsche. Contudo, a partir da abordagem aqui concebida, podemos dar um rumo renovado à problemática.

De maneira inusitada, a direção para a solução se encontra em Heidegger, mesmo que o foco não tenha sido o contexto desencadeado pela tese da vontade de poder. Heidegger tem em vista, especificamente, a expressão nietzschiana “toda verdade é ilusão” que, sopesada com cuidado, acaba aludindo ao mesmo “defeito” da tese da vontade de poder. Enquanto “toda verdade é ilusão” abre uma exceção à própria expressão, ou seja, toda verdade é ilusão exceto o próprio enunciado “toda verdade é ilusão” que de modo implícito se assume como verdadeiro, da mesma forma a vontade de poder reivindica para si, ao que parece, uma determinação verdadeira que é impossível quando se considera a efetividade da tese. Heidegger indica que a refutação do enunciado “toda verdade é ilusão” não pode, como a princípio parece, ser facilmente apresentada.

A argúcia vazia que fica cheia de si ao levar a termo esse tipo de refutação dá a impressão de que tudo está agora resolvido. Entretanto, em sua refutação da sentença nietzschiana sobre a verdade como uma ilusão, ele certamente se esquece de uma coisa. Se a sentença nietzschiana é verdadeira, não é apenas a própria sentença nietzschiana como uma sentença verdadeira que se transforma em uma ilusão, mas também, de maneira igualmente necessária, a conclusão verdadeira apresentada aqui como uma refutação de Nietzsche. Essa conclusão também precisa ser uma “ilusão”. Mas é possível que o defensor da argúcia tenha ficado mais esperto nesse intervalo de tempo e que replique então: também a nossa caracterização de sua refutação como uma ilusão se mantém, por sua vez, uma ilusão. Sem dúvida alguma – e essa refutação mútua poderia prosseguir assim ao infinito e não constataria incessantemente senão aquilo mesmo de que já faz uso em seu primeiro passo: que a verdade é uma ilusão. Essa sentença não apenas não é abalada pelo artifício da refutação que é utilizado pela mera argúcia, ela não é nem mesmo tocada por meio daí (HEIDEGGER, 2007, p. 390-391).

A pretensão verdadeira da vontade de poder também enfrenta a mesma dificuldade da sentença “toda verdade é ilusão”. A diferença está na comprovação da estratégia intencional de Nietzsche ao adotar essa posição, considerando os parágrafos 22 e 36 de BM. Heidegger chama de “argúcia vazia” e “mera argúcia” o ato de surpreender o filósofo em um contrassenso relacionado à própria afirmação. A denúncia implica em evidenciar que o

caráter generalizado da ilusão também se aplica à sentença “toda verdade é ilusão”. Mesmo que Nietzsche esteja certo, a refutação da sentença será também uma ilusão, pois pretende ser verdadeira. A dinâmica infinita das refutações só comprova a sentença inicial. Se aplicarmos o mesmo raciocínio à hipótese de que “tudo é vontade de poder”, teremos uma consequência semelhante. O mesmo argucioso intérprete poderia objetar que a própria sentença “tudo é vontade de poder” também é vontade de poder e uma tentativa de impor uma interpretação. Essa refutação, que a princípio descaracteriza a pretensão verdadeira da tese, acaba contribuindo para seu fortalecimento, pois a refutação também é uma tentativa de impor uma interpretação e uma força contrária, ou seja, vontade de poder. Nietzsche não abre exceção à sua tese, o que significa que a hipótese dispensa o rótulo de verdadeira e se assume como vontade de poder desde sua origem. O ato de refutar a tese é apenas um confronto pressuposto na própria definição de “toda força atuante, inequivocamente, como vontade de poder” (BM, § 36).

É o parágrafo 22 de *Além do bem e do mal* que justifica a intencionalidade de Nietzsche em relação a toda essa dinâmica apresentada: ao estabelecer que não há nenhuma lei da natureza definitivamente estabelecida como fato, mas apenas “reivindicações de poder”, isto é, “o caráter não excepcional e peremptório de toda ‘vontade de poder’” (BM, §22, trad. PCS), Nietzsche antecipa a refutação de que também a sua leitura é uma reivindicação de poder. “Acontecendo de também isto ser apenas interpretação – e vocês se apressarão em objetar isso, não? – bem, tanto melhor!” (BM, §22, trad. PCS). Aqui, claramente, Nietzsche não abre exceção à sua posição, ou seja, a própria objeção que aplica ao “caráter não excepcional e peremptório de toda ‘vontade de poder’” (BM, §22, trad. PCS) também a ocasião de uma reivindicação de poder e interpretação não refuta a hipótese, mas a consolida. Segundo Nietzsche, “tanto melhor” que a objeção seja feita, pois isso reforça a dinâmica da vontade de poder; de uma força contra outra.

Considerações finais

Por fim, resgatando em conjunto o princípio da economia e essa característica da hipótese da vontade de poder que se assume intencionalmente como interpretação, temos tanto a permissão metodológica da tentativa de redução do mundo ao confronto de forças quanto a consolidação *sui generis* da própria tese da vontade de poder. Trata-se, no entanto, de um movimento único e concentrado na distinção estilística de BM §36. A brevidade do

parágrafo, no entanto, mantém nas entrelinhas as referências que resgatamos sobre o princípio da economia. Avenarius e Mach, resignados ao preconceito físico-mecânico da segunda metade do séc. XIX, veem apenas um caminho para o princípio, a saber: a restrição econômica ao que pode ser visto e tocado. Contudo, em si mesmo o princípio da economia não promove nenhuma exclusividade desse tipo, mas apenas exige a adesão ao simples e a renúncia ao supérfluo. Eis que é, ao menos, permitida a econômica redução ao confronto de forças. Isso basta para justificar a hipótese da vontade de poder e torná-la mais potente a cada arguciosa refutação dirigida.

O problema da circularidade e da autorreferência também ganha novos contornos a partir de nossa abordagem, embora aqui façamos apenas apontamentos gerais sobre isso. É Grimm (1979) quem inicialmente aborda essa questão no *corpus* nietzschiano, e indica a circularidade e autorreferência como um defeito crônico de qualquer abordagem que pretenda falar algo sobre a totalidade do real. *Grosso modo*, isso implica em uma “inconsistência autorreferencial ou performativa” (GRIMM, 1979, p. 292) entre uma afirmação e suas consequências. Basicamente, Grimm considera o problema na asserção de Nietzsche “todo conhecimento é interpretação”. O sentido disso acompanha a avaliação de Heidegger sobre a verdade como ilusão, tal como vimos anteriormente.

Para Grimm, Nietzsche apresenta uma interessante solução a essa problemática quando acolhe a circularidade como uma característica proposital, ou seja, não cabe como uma objeção pertinente denunciar que a própria asserção “todo conhecimento é interpretação” é, ela mesma, uma interpretação. Isso porque Nietzsche explicitamente assume a perspectiva interpretativa. Porém, na medida em que Grimm não reconstrói a justificativa econômica que autoriza a redução ao confronto de forças, ele se vê com a necessidade impreterível de pensar um critério que coloque a interpretação de Nietzsche como superior a outras. Sem isso, mesmo a adesão intencional de Nietzsche à perspectiva interpretativa resultaria nula, pois nada garante que se deva considerar a relevância da interpretação de que “todo conhecimento é interpretação”. Grimm assume, por fim, que Nietzsche efetiva o critério pragmático da intensificação do poder (cf, GRIMM, 1979, p. 300) para atender à demanda do porquê sua interpretação é superior a outras. Embora não seja possível discutir os detalhes dessa leitura agora, reservamos essa abordagem minuciosa para um momento mais oportuno. No entanto, podemos indicar que a adesão estratégica ao princípio da economia em BM §36, oferece uma alternativa interessante para lidar com essa necessidade de critério.

Pode-se dizer, a esse respeito, que não há nenhuma necessidade de impor a superioridade da interpretação de Nietzsche. Ao invés disso, temos a permissão da hipótese através de sua justificativa econômica, isto é, a redução ao confronto de forças pode, tanto quanto a vigente perspectiva físico-mecânica, ser considerada legítima. Uma vez admitido isso, todavia, qualquer refutação da interpretação será, ela mesma, uma força contrária que reforça o confronto de forças; reforça a tese da vontade de poder. Assim, de acordo com as observações e discussões aqui apresentadas, parece que Nietzsche constrói BM §36 uma espécie de armadilha epistêmica, ou seja, utiliza o mesmo princípio que legitima a redução a relações puramente físicas para validar a tentativa da redução ao confronto de forças.

Referências

- ARAUJO, S. F. *A fundamentação filosófica do projeto de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt*. Campinas: [S.N.], 2007.
- AVENARIUS, R. *Philosophie als denken der Welt gemäss dem Princip des kleinsten kraftmasses*: prolegomena zu einer kritik der reinen Erfahrung. 1ª. ed. Leipzig: Fues's Verlag, 1876.
- _____. *La filosofía como el pensar del mundo de acuerdo con el principio del menor gasto de energía*. Trad. Najmen Grinfeld. Buenos Aires: Editorial Losada S. A., 1947.
- BERKELEY. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. Tradução de Antonio Sérgio. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores.
- BORING, E. G. *A history of experimental psychology*. New Jersey: PRENTICE-HALL, INC., 1950.
- BROBJER, T. H. *Nietzsche's philosophical context: an intellectual biography*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2008.
- CAMPIONI, G. et al. *Nietzsches persönliche Bibliothek*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2003.
- DANZINGER, K. "The positivist repudiation of Wundt". In: *Jouml of the History of the behavioral science*, 1979.
- ESMEZ, L. "Éternel retour et principe d'économie dans la pensée de Nietzsche". In: *Nietzsche-Studien*, Berlin/Boston, 47, 2018, p. 195-216.
- GORI, P. *Il pragmatismo di Nietzsche: saggi sul pensiero prospettivistico*. Milano: Mimesis Edizioni, 2016.
- _____. "O componente pragmatista do perspectivismo nietzschiano". In: *Estudos Nietzsche*, Espírito Santo, jul./dez. 2016b, p. 85-101.

GRIMM, R. H. "Circularity and self-reference in Nietzsche". In: *Metaphilosophy*, 10, n. Nº 3/4, 1979.

HARPER, R. "The First Psychological Laboratory". In: *Isis*, 41, n. 2, 1950.

HEIDEGGER, M. *Nietzsche*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. V1, 2007.

HUSSAIN, N. J. Z. "Nietzsche's Positivism". In: *European Journal of Philosophy*, Oxford, 2004.

KRAUSS, C. R. *Wundt, Avenarius, and scientific psychology: a debate at the turn of the twentieth century*. Naples: Palgrave Macmillan, 2019.

_____. *Dall'empiricriticismo al positivismo relativistico: Joseph Petzoldt tra l'eredità di Mach e Avenarius e il confronto con la relatività einsteiniana*. Napoli: FedOAPress, 2020.

LEIDENS, F. R. *O potencial da linguagem em Nietzsche: da dissolução dos opostos à expressividade de Assim falava Zaratustra*. Tese de Doutorado. Pelotas: Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

Disponível em:

<<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8792>>.

MACH, E. *Die Ökonomische natur der physikalischen forschung*. Wien: Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften, 1882.

_____. *The Science of Mechanics: A Critical and Historical Exposition*. Trad. Thomas J. McCormack. [S.l.]: Cambridge University Press, 1893.

_____. *The analysis of sensations*. Tradução de C. M. Williams. Chicago/London: The Open Court Publishing Company, 1914.

_____. *The economical nature of physical inquiry*. In: MACH, E. *Popular Scientific Lectures*. Trad. T. McCormack. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MÜLLER-LAUTER, W. *A doutrina da vontade de poder em Nietzsche*. Tradução de Oswaldo Giacoia. São Paulo: Annablume, 1997.

NEWTON, I. *Princípios matemáticos da Filosofia natural*. Tradução de Carlos Lopes de Mattos/Pablo Rubén Mariconda. 5ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores.

NIETZSCHE. *Digital critical edition of the complete works and letters: based on the critical text by G. Colli and M. Montinari*. Berlin/New York: de Gruyter, 1967. Disponível em: <<http://www.nietzschesource.org/#eKGWB>>.

_____. *Obras incompletas*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. 1ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores.

_____. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WUNDT, W. Ueber psychische Causalität und das Princip des psychophysischen. *Philosophische Studien*, 10, 1894. 1-124.

_____. *Outlines of Psychology*. Trad. Charles Hubbard Judd. London/New York: PUBLISHED BY WILHELM ENGELMANN, 1897.

_____. *Principles of Physiological Psychology*. Tradução de Edward Bradford Titchener. London; New York: Swan Sonnenschein & Co. Lim.; The Macmillan Co., 1910.

Email: francisco.leidens@uerr.edu.br

Recebido: 05/2023

Aprovado: 03/2024